

A culpa é nossa, dos ambientalistas e socioambientalistas

Categories : [Marc Dourojeanni](#)

A responsabilidade de discursos como o de Evaristo de Miranda é, em grande medida, nossa. Ambientalistas e socioambientalistas têm alimentado os inimigos do meio ambiente por décadas, aparentando fazer muito mais do que realmente foi feito. Agora vem a hora de pagar a conta, nas mãos dos aliados e prepostos do novo governo que, abusando de má fé e aproveitando duma real ou pretensa ignorância, usam essa munção para sustentar que o Brasil já fez demais para cuidar da natureza, mais que o resto do mundo, e que chegou a hora de abrir mais oportunidades ao desenvolvimento.

Não é preciso insistir no que tantos têm demonstrado. A política ambiental anunciada pelo governo entrante é absurda, às vezes, ilegal e, sem dúvida, geradora de grandes riscos para o futuro. É tão fora do senso comum e da realidade que muitas das promessas e anúncios feitos pelas novas autoridades foram progressivamente desfeitas ou desmentidas por elas mesmas. Ainda assim, é enorme o risco de que a prepotência e a improvisação destes governantes, no que concerne a recursos naturais e ao mundo indígena, provoquem calamidades irreversíveis, já no curto prazo.

Que culpa cabe aos ambientalistas e em especial aos socioambientalistas nesses fatos? Muita. Como se sabe bem, para conservar amostras viáveis da natureza é indispensável estabelecer verdadeiras áreas naturais protegidas, como parques nacionais ou estaduais, reservas biológicas ou estações ecológicas, que protegem a diversidade biológica sem interferência da exploração dos seus recursos, nem populações residentes. Mas, em especial a partir da [Lei 9.985 do ano 2000](#), se incorporaram outras categorias que aparentam beneficiar a população, mas, que conservam pouco, muito pouco e até nada. Que outra coisa são quase todas as áreas de proteção ambiental (APAs) ou, em especial, as gigantescas e inúteis reservas de biosfera? Nelas a proteção da natureza é a mesma que a lei manda em qualquer outro lugar do território. Claro que dentre as APAs existem meritórias exceções, mas são as que confirmam a regra. O caso das florestas nacionais é igual. Essas florestas foram ideadas para produzir madeira de forma sustentável, mas não para serem unidades de conservação como alguns iluminados propuseram e conseguiram. E o caso das reservas extrativistas e, até certo ponto também, as de desenvolvimento sustentável? As primeiras foram reiteradamente denunciadas como atos dissimulados de reforma agrária e, de fato, o desejo manifesto das populações morando nelas é desenvolver atividades agropecuárias e explorar a floresta. E, embora às vezes necessárias, acaso não são o mesmo as grandes zonas de amortecimento que rodeiam as unidades de conservação? E, assim mesmo, aconteceram exageros, em número e tamanho, no estabelecimento de unidades de conservação de qualquer categoria, apenas para “mostrar serviço”, sem necessidade cientificamente demonstrada. Hoje a maior parte das unidades de conservação do Brasil pertence a essas categorias que, quando ideadas, deviam ser complementares e excepcionais.

Mas, em especial a partir da Lei 9.985 do ano 2000, se incorporaram outras categorias que aparentam beneficiar a população, mas, que conservam pouco, muito pouco e até nada.

Os casos anteriores têm permitido ao Brasil aparentar fazer muito para conservar a sua biodiversidade quando na realidade, no concreto, faz mais ou menos o mesmo que países vizinhos e, obviamente, menos que muitos países europeus na atualidade. Essa inflação da realidade é o que alguns dos defensores radicais do agronegócio e os que não acreditam nas evidências de mudança climática utilizam para seus discursos. E, claro, fomos nós que providenciamos esses argumentos. Teria sido ainda pior se nesse afago inflacionário, como proposto pelo socioambientalismo, se consideraram as terras indígenas como unidades de conservação. Os próprios índios se opuseram. E isso é lógico já que eles, como os habitantes das reservas extrativistas e muitas outras “unidades de conservação”, desejam, preveem e lutam para expandir suas atividades econômicas. Por isso, as terras indígenas não podem ser consideradas áreas protegidas. Pelo momento essas terras são um reconhecido freio à expansão agropecuária, mineração ou madeireira. Oxalá elas cumpram essa função ainda por muito tempo. Mas, é inexorável que com o passar do tempo, essas terras sejam utilizadas pelos seus próprios habitantes e por outros. Não é, pois, correto, incluir essas terras como “área preservada”. Na verdade, são terras reservadas para seu uso futuro.

Como já foi dito em várias respostas ao discurso do Evaristo de Miranda, nele ignorou de forma retorcida e propositalmente os serviços ambientais que a natureza oferece à agricultura moderna e eficiente que ele mesmo preconiza. Quando ataca a finalidade e a prática das reservas legais e áreas de preservação permanente, ele é ridiculamente incorreto. Esconde a evidente e indiscutida utilidade e rentabilidade econômica dessas áreas para a própria atividade agropecuária e distorce os fatos da aplicação, ainda precária, da norma. Uma norma que, sem dúvida, é um exemplo a ser seguido pelos demais países da América Latina. De outra parte, contrariando a sua própria instituição, deixou de considerar o enorme potencial que existe no Brasil para aumentar a produtividade e a produção agropecuária, sem desmatar um hectare a mais.

A demagogia sempre tem consequências. A política das décadas anteriores que fez acreditar que para preservar a biodiversidade se protege o que na verdade não o está e, aumentando e inflando números, pode ter convencido a parte da população e, em especial, ao setor agropecuário, de que já se superou o limite de terra “protegida” social e economicamente desejável. A verdade é outra, pois para manter a portentosa diversidade biológica nacional, e para estimular o turismo ainda faltam unidades de conservação verdadeiras. Como sempre o equilíbrio é muito difícil de alcançar e, mais que tudo, de manter. Os próximos meses demonstrarão se o novo governo vai manter o fiel da balança em equilíbrio ou se, como até agora parece, vai a incliná-lo para o outro extremo.

Leia Também

<https://www.oeco.org.br/colunas/marc-dourojeanni/legislar-para-complicar/>

<https://www.oeco.org.br/colunas/marc-dourojeanni/e-necessario-um-ministerio-do-meio-ambiente/>

<https://www.oeco.org.br/colunas/marc-dourojeanni/28350-frente-parlamentar-contras-areas-protegidas-para-que/>